

legislações que dificultem a exposição às situações de risco, reduzindo a vulnerabilidade da população.

CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. **Avaliação de política nacional de promoção da saúde.** *Ciência e Saúde Coletiva*. 2004. p. 746, 747.

Politizar significa olhar além do nosso próprio espelho narcíseo, recuperar o que nos une como excluídos por aquela parte que nos difere de “todos”, expandir uma identidade política defensiva para nos juntarmos a “toda a gente”, porque todos temos direito à liberdade de ser e sonhar. Politizar implica reconhecer que há muitos outros excluídos, diminuir a frustração individual com os limites impostos pelo contexto sócio cultural, superar a culpa de não seguir os guias para ser, culpa inconsciente das condições históricas que produziram maior vulnerabilidade e a exclusão.

Quando esse tipo de espaço psicoeducativo acontece em programas de prevenção do HIV e da Aids, essa abertura à politização valoriza a sabedoria produzida na vida vivida que pode ser compartilhada também com os profissionais que coordenam a atividade, incentiva a busca conjunta de outros espaços solidários e soluções fora do escopo dos projetos e programas.

PAIVA, Vera. *Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/AIDS e o processo de emancipação psicossocial.* **Interface – Comunicação, Saúde, Educação.** Agosto 2002. p. 35, 36.

“ (...) a abordagem preventiva deve estar integrada dentro de um conjunto de ações que visam à valorização da vida e a promoção da saúde. Cuidar do corpo, da sexualidade, das relações uns com os outros e com a comunidade, resgatar possibilidades de realização humana, promover condições para que o futuro seja mais promissor e esperançoso e fomentar a participação ativa da comunidade neste processo. Neste sentido as ações preventivas não devem se resumir a transmitir conhecimentos sobre drogas, seus efeitos e riscos, elas devem visar à conscientização quanto à responsabilidade de cada um pelo uso de drogas que faz (ou não). Para tanto devem ser consideradas como drogas, não só as ilícitas (maconha, cocaína, crack, LSD), mas também as lícitas (como o álcool, tabaco, inalantes,

medicamentos psicotrópicos), pois do ponto de vista da saúde das pessoas, não é o fato de ser legal ou ilegal que torna uma droga “boa” ou “má”, mas sim o tipo de relação que o sujeito estabelece com ela.”

Texto elaborado pelo facilitador Vilmar Santos, Assessor para Área de Drogas da Prefeitura do Município de Santo André/SP, para o módulo sobre conceitos de promoção da saúde e prevenção da capacitação realizada no município de Diadema/SP.

“ O conceito de Promoção da Saúde conduz à discussão sobre um novo modo de fazer saúde, pautado num conceito positivo de saúde, relacionado à qualidade de vida e à co-responsabilização – trabalhadores/população, cabendo aos profissionais de saúde o papel de facilitadores dos conteúdos necessários para a obtenção de saúde. Assim, a educação em saúde é vista como uma das principais estratégias da promoção, pois possibilita que se reflita sobre o processo de conhecimento e de aprendizagem e sobre os significados que uma pessoa imprime ao conteúdo que lhe é ensinado.”

Texto elaborado pela facilitadora Gehysa Guimarães Alves, socióloga, doutora em educação e trabalhadora da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, Equipe de Vigilância de Eventos Vitais, Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre/RS, para o módulo sobre conceitos de promoção da saúde e prevenção da capacitação realizada no município de Porto Alegre/RS.

N esse sentido, finalizo este texto com a reflexão de Seffner sobre a possibilidade de uma prática educativa baseada na escuta e no diálogo e sobre a necessidade de se politizar a prevenção da AIDS ou, em suas palavras, de construir um projeto político-pedagógico em prevenção. Esse projeto implica construir um debate positivo sobre sexualidade, no qual o sexo mais seguro possa se traduzir não em sinal de desconfiança, mas de cuidado mútuo, e, assim, contribuir para o processo de construção de cidadania dos jovens em um país no qual esse conceito quase não faz sentido.

CARVALHO, Márcia Elisa Gonçalves; CARVALHAES, Flávia Fernandes de; CORDEIRO, Rosely de Paula. **Cultura e Subjetividade em Tempos de AIDS.** Londrina: ALIA, 2005. p. 95.



Promoção/ Prevenção

A Carta de Ottawa define promoção da saúde como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (Brasil, 2002: 19). Assume o conceito de saúde da OMS, e insiste, ainda, que “a saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida” (2002: 20). Para alcançá-la, *os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida e não como objetivo de viver. Neste sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas.* (Brasil, 2002: 19’)

A Carta de Ottawa assume ainda que a equidade em saúde é um dos focos da promoção da saúde, cujas ações objetivam reduzir as diferenças no estado de saúde da população e no acesso a recursos diversos para uma vida mais saudável. O documento aponta para os determinantes múltiplos da saúde e para a intersectorialidade ao afirmar que “dado que o conceito de saúde como bem estar global transcende a idéia de estilos de vida saudáveis, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde”; e completa, afirmando que “as condições e requisitos para a saúde são: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis justiça social e equidade” (Brasil, 2002: 20).

O enfoque da promoção da saúde é mais amplo e abrangente, procurando identificar e enfrentar os macro-determinantes do processo de saúde-doença, e buscando transformá-los favoravelmente na direção da saúde. Já a prevenção das doenças buscaria que os indivíduos ficassem isentos das mesmas.

A promoção da saúde busca modificar condições de vida para que sejam dignas e adequadas; aponta para a transformação dos processos individuais de tomada de decisão para que sejam predominantemente favoráveis à qualidade de vida e à saúde; e orienta-se ao conjunto de ações e decisões coletivas que possam favorecer a saúde e a melhoria das

“O termo `prevenir´ tem o significado de ‘preparar’; chegar antes de; dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize”.

condições de bem-estar (Franco et al. apud Gutierrez et al., 1997). Já a prevenção, diferente da promoção, orienta-se mais às ações de detecção, controle e enfraquecimento dos fatores de risco ou fatores causais de grupos de enfermidades ou de uma enfermidade específica; seu foco é a doença e os mecanismos para atacá-la mediante o impacto sobre os fatores mais íntimos que a geram ou precipitam. Desse modo, a promoção da saúde avança, incorporando o mal-estar como percepção subjetiva, relacionada ou não com a enfermidade, e a saúde como fato positivo, tanto na sua dimensão subjetiva – bem-estar – quanto objetiva – aos objetos do planejamento / intervenção...

BUSS, Paulo Machiori. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003. p. 25, 26, 33, 34.

.....

Neste sentido, promover a inclusão social significa tomar como recurso teórico-conceitual a categoria equidade. A equidade nas implementações de políticas significa não tratar de forma igual os desiguais, uma vez que a idéia de igualdade não se sustenta em si, mas é impregnada de valores morais e historicamente contextualizada (Rawls, 1992; Vita, 1992). Assim, a equidade promoverá ações aos grupos diferenciados em suas demandas e necessidades de diferentes maneiras, organizando programas que privilegiem alguns grupos populacionais identificados como mais despossuídos (Porto, 1995), caminho que tem demonstrado uma série de desafios.

JUNIOR, Nivaldo Carneiro; SILVEIRA, Cássio. Organização das práticas de atenção primária em saúde no contexto dos processos de exclusão/inclusão social. Cadernos de Saúde Pública. Nov/Dez 2003.

.....

Violência
e Tráfico

Gênero

Redução
de Danos

Raça

Bobbio⁶ (1992), ao falar da linguagem dos direitos, afirma: ‘apesar das inúmeras tentativas de análise definitiva, a linguagem dos direitos permanece bastante ambígua, pouco rigorosa e freqüentemente usada de modo retórico’. Será absurdo substituir direitos por ‘promoção de saúde’? Para Lupton¹² (1995), o termo promoção de saúde é geralmente usado para descrever atividades específicas dirigidas a metas particulares, com uma forte ênfase na gestão racional da saúde das populações. A maior ênfase da retórica promocional da saúde está em estimular a ‘saúde positiva’, prevenir doenças mais do que tratá-las, desenvolver indicadores de desempenho baseados em objetivos específicos, usar a mídia para ‘colocar no mercado’ comportamentos e atitudes (estilos de vida) saudáveis, focar no trabalho com comunidades o estímulo à respectiva participação nas proposições com vistas a desenvolver ambientes saudáveis e, também, diminuir os crescentes gastos na assistência à saúde.

CASTIEL, Luis David. Promoção da Saúde e a Sensibilidade epistemológica da categoria ‘comunidade’. Cadernos de Saúde Pública, volume 38. Revista Saúde Pública. Outubro 2004. p. 616 e 617.

No campo da saúde, ‘comunidade’ é uma categoria onipresente nos terrenos da promoção, prevenção e da pesquisa das relações entre aspectos socioculturais e a saúde.

CASTIEL, Luis David. Promoção da Saúde e a Sensibilidade epistemológica da categoria ‘comunidade’. Cadernos de Saúde Pública, volume 38. Revista Saúde Pública. Outubro 2004. p. 620.

Prevenção. O termo ‘prevenir’ tem o significado de “preparar; chegar antes de; dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize” (Ferreira, 1986). A prevenção em saúde “exige uma ação antecipada baseada no conhecimento da história natural a fim de tornar improvável o progresso posterior da doença”. As ações preventivas definem-se como intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações. A base do discurso preventivo é o conhecimento epidemiológico moderno; seu objetivo é o controle da transmissão de doenças infecciosas e a redução do risco de doenças degenerativas ou outros agravos específicos. Os

projetos de prevenção e de educação em saúde estruturam-se mediante a divulgação de informação científica e de recomendações normativas de mudanças de hábitos.

Promoção. ‘Promover’ tem o significado de dar impulso a; fomentar; originar; gerar (Ferreira 1986). Promoção da saúde define-se tradicionalmente de maneira bem mais ampla que prevenção, pois refere-se a medidas que “não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem estar geral” (Leavel e Clarck 1976:19) As estratégias de promoção enfatizam a transformação das condições de vida e de trabalho que conformam a estrutura subjacente aos problemas de saúde, demandando uma abordagem intersetorial (Terris, 1990).

A idéia de promoção envolve a de fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde. Promoção, nesse sentido, vai além de uma aplicação técnica e normativa, aceitando-se que não basta conhecer o funcionamento das doenças e encontrar mecanismo para seu controle. Essa concepção diz respeito ao fortalecimento da saúde por meio da construção de capacidade de escolha, bem como a utilização do conhecimento com o discernimento de atentar para as diferenças e singularidades dos acontecimentos.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003. p. 45, 47, 48.

Entre as recentes propostas de reorientação das práticas de atenção à saúde, destaca-se uma forte tendência à superação de modelos de atenção excessivamente centrados na doença, na assistência curativa, na intervenção medicamentosa, em favor de outros orientados ativamente em direção à saúde, isto é, às práticas preventivas, à educação em saúde e à busca da qualidade de vida, de um modo mais geral (Minayo et al, 2000). Esta tendência expressa-se, no seu pólo teórico, por proposições que vão desde a busca de construções conceituais nas quais a apreensão de agravos e riscos estejam intrinsecamente relacionados às condições mais gerais de vida e saúde, tais como as discussões em torno da vulnerabilidade (Mann & Tarantola, 1996; Ayres et. al. 2003), até ousadas proposições de uma

Vulnerabilidade

Turismo

Álcool e outras Drogas

Promoção/Prevenção

conceituação positiva da saúde, isto é, um tratamento conceitual não negativo ou residual em relação à doença (Almeida Filho, 2001). No pólo da organização das práticas, esta ênfase na saúde tem sido construída em dimensões também diversas e inter-relacionadas, que vão de propostas de vigilância da saúde (Teixeira et al., 1998; Freitas, 2003) a proposições de promoção da saúde (Buss, 2000; Czeresnia, 1999).

AYRES, José Ricardo. **Norma e Formação: horizontes filosóficos para as práticas de avaliação no contexto da promoção da saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*. 2004. p. 584.

Na perspectiva do direito à prevenção, o participante da ação preventiva não é objeto de técnicas de modificação de comportamento ou de persuasão pelo marketing. É um portador de direitos, sujeito-cidadão que pode eventualmente propor direitos (por exemplo, fertilização assistida para portadores do HIV, distribuição de preservativos na escola). A linguagem dos direitos facilita a continuidade e a inovação permanente. O consenso é mais sustentável onde acordos entre visões distintas de mundo possam ser feitos sem coação e onde estas visões possam ser compartilhadas, compreendidas e levadas em consideração nas possíveis soluções encontradas.

PAIVA, Vera; PUPO, Ligia Rivera; BARBOZA, Renato. **O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil.** *Revista Saúde Pública*. 2006. p. 117.

O movimento da promoção da saúde foi uma resposta a diversos fatores, entre os quais a "... crescente desilusão quanto aos limites da medicina, as pressões para contenção dos gastos com médico, e um clima sociopolítico que enfatizava a auto-ajuda e a responsabilidade individual pela saúde". Ao invés da 'antiga' saúde pública, que focalizava as causas individuais das doenças, o novo movimento enfatizava as influências socioambientais nos padrões de saúde. Idéias como essas acabaram sendo aprofundadas pela

“O conceito de Promoção da Saúde conduz à discussão sobre um novo modo de fazer saúde, pautado num conceito positivo de saúde, relacionado à qualidade de vida e à co-responsabilização – trabalhadores/população(...)”

Organização Mundial da Saúde (OMS) e, em 1986, na Conferência da OMS em Ottawa, foi finalmente formulada uma base ideológica para a promoção da saúde. A Carta de Ottawa define a promoção da saúde como o processo através do qual indivíduos são capacitados para ter maior controle sobre e melhorar a própria saúde, o que significa o reconhecimento

da importância do poder e do controle para a promoção da saúde.

OLIVEIRA, Dora Lúcia de. **A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação.** *Revista Latino-Am. Maior/Junho* 2005. p. 424.

A promoção da saúde no Brasil é indissociável da reflexão sobre a criação e a luta contínua que travamos pela melhoria do Sistema Único de Saúde. Falar da promoção da saúde no Brasil é também indissociável do enfrentamento de uma realidade de iniquidades históricas de grandes proporções, que colocam desafios cotidianos não só ao setor saúde, mas a todos aqueles que constroem políticas públicas.

Falar de promoção da saúde no Brasil é lembrarmos e exercitarmos nossa postura antropofágica. É perguntar, tendo em vista nosso compromisso ético com o cuidar da saúde de sujeitos e coletividades, como pensamos promoção da saúde aqui e no que ela pode nos auxiliar na geração de outros modos de atenção e de gestão da saúde, de criação do viver e de outras realidades.

A autonomia implica necessariamente a construção de maiores capacidades de análise e de co-responsabilização pelo cuidado consigo, com os outros, com o ambiente; enfim, com a vida. Para tanto, uma Política Nacional de Promoção da Saúde terá maior eficácia à medida que construa ações quanto aos modos de vida que apostem na capacidade de auto-regulação dos sujeitos, sem que isso signifique a retirada das responsabilidades do Estado quanto às condições de vida e, ao mesmo tempo, opere na formulação de